



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N° 032/2017/TCM-PA

EMENTA: Dispõe sobre a criação do auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas competências legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Política de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 2º. O auxílio-saúde destina-se ao custeio de despesas com plano privado ou seguro de assistência à saúde do beneficiário, nos limites definidos nesta Resolução.

Art. 3º. O auxílio-saúde tem natureza indenizatória e será concedido mensalmente por ocasião do pagamento da remuneração, devendo constar no contracheque do respectivo beneficiário, não se incorporando para quaisquer efeitos, e sobre o mesmo não incide imposto de renda nem contribuição previdenciária.

§ 1º. O valor do auxílio-saúde é de R\$300,00 (trezentos reais), com efeitos a contar de 1º de setembro de 2017.

§ 2º. O valor do auxílio-saúde poderá ser reajustado por ato próprio da Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 4º. Serão beneficiários do auxílio-saúde:

I – Servidores ativos ocupantes de cargos efetivos e comissionados;

II – Servidores de outros Poderes, Órgãos ou Entidades à disposição desta Corte;

III – Servidores Temporários.



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 5º. São requisitos para a percepção do auxílio-saúde:

I – não receber o beneficiário titular auxílio semelhante, direta ou indiretamente, nem possuir outro programa de assistência à saúde, custeado integral ou parcialmente pelos cofres públicos, comprovado mediante formulário próprio a ser disponibilizado pela DGP;

II – requerer perante a Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, mediante formulário próprio, comprovando a contratação de plano privado ou seguro de assistência à saúde;

III – prestar contas trimestralmente, nos prazos e termos previstos nesta Resolução, mediante a comprovação de despesas com plano privado ou seguro de assistência à saúde;

IV – adesão integral à Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho deste TCM, especialmente quanto a realização e apresentação de exames de saúde periódicos, conforme preconização do Ministério da Saúde e legislação pertinente.

§ 1º. O beneficiário do auxílio terá direito à percepção do benefício a partir do mês do deferimento de seu requerimento.

§ 2º. O beneficiário que detiver a qualidade de dependente ou aderente em plano ou seguro de assistência à saúde de terceiro poderá requerer o auxílio-saúde.

Art. 6º. A concessão do auxílio-saúde ocorrerá automaticamente para os beneficiários que tenham as despesas com plano de saúde ou seguro-saúde consignado em folha de pagamento neste Tribunal, ficando isentos do requisito disposto no Art. 5º, III desta Resolução.

§ 1º. Para os beneficiários que não se enquadrem na hipótese descrita no *caput*, a concessão do benefício fica condicionada à:

I – requerimento nos termos do inciso II, do Art. 4º desta Resolução;

II – apresentação dos seguintes documentos:

a) cópia do contrato celebrado com a operadora do plano de saúde ou seguro-saúde, ou declaração expedida por esta que comprove o vínculo do requerente com o plano de saúde ou seguro, a data de adesão e a condição de titular ou dependente;

b) comprovante de que a operadora do plano de saúde ou seguro-saúde está regular e autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

c) cópia do comprovante de pagamento de mensalidade à operadora do plano de saúde ou seguro-saúde, discriminando o mês de competência.

§ 2º. Poderá o Tribunal, através da Diretoria de Gestão de Pessoas, solicitar ao beneficiário a apresentação de documentos complementares aos estabelecidos nesta Resolução para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Art. 7º Constatada a regularidade da documentação, fica delegada competência à Diretoria de Gestão de Pessoas para a concessão do auxílio-saúde.

Parágrafo único. A concessão do benefício ocorrerá com efeitos a partir do mês do requerimento, desde que devidamente instruído, ou da juntada dos documentos exigidos.

Art. 8º Constitui obrigação do beneficiário do auxílio-saúde comunicar imediatamente à DGP a rescisão do contrato de plano de saúde ou seguro-saúde, da exclusão como dependente, da contratação a outro plano de saúde ou seguro-saúde, ou de qualquer outra alteração que afete a concessão do auxílio-saúde.

Art. 9º A comprovação do pagamento a que se refere o inciso III do Artigo 5º será efetivada à Diretoria de Gestão de Pessoas.

§ 1º. Serão aceitos os seguintes documentos para comprovação das mensalidades e das despesas do respectivo trimestre:

I – boleto bancário ou documento equivalente que demonstre a quitação com a operadora do plano de saúde ou seguro-saúde no período trimestral correspondente, contendo, no mínimo, informações sobre a razão social da operadora, identificação do beneficiário ou do titular do plano (no caso de beneficiário dependente) ou seguro, o mês de competência e a discriminação do valor pago; ou

II – declaração da operadora do plano de saúde ou seguro-saúde, identificada com a razão social completa e o CNPJ, dos pagamentos mensais realizados, discriminadamente, no período trimestral correspondente.

§ 2º. A comprovação do pagamento deverá ocorrer até o 5º dia útil ao mês imediatamente subsequente ao trimestre de percepção do auxílio.

§ 3º. A não comprovação dos pagamentos do plano de saúde ou seguro-saúde no prazo e forma definidos nesta Resolução implica em imediata suspensão do benefício concedido.



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

§ 4º. O beneficiário deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contados da cientificação da suspensão do auxílio-saúde, providenciar a regularização da comprovação do pagamento, sob pena de cancelamento da concessão do benefício e devolução dos valores recebidos, acrescidos de correção monetária, mediante desconto em folha de pagamento.

§ 5º. A comprovação intempestiva susta o desconto, entretanto não restitui os valores já descontados.

§ 6º. Na hipótese de cancelamento do benefício, deverá o beneficiário, se desejar, requerer novamente o benefício, conforme os procedimentos definidos nesta Resolução, vedado o pagamento de valores retroativos.

Art. 10. O pagamento do auxílio-saúde estará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal de Contas dos Municípios, podendo ser suspenso a qualquer tempo por ato da Presidência até a extinção da condição, não cabendo ao Órgão o pagamento retroativo dos valores despendidos pelo beneficiário no período suspenso.

Art. 11. O auxílio-saúde será suspenso ou cancelado a pedido do próprio beneficiário ou por iniciativa do TCM, nas seguintes hipóteses:

§ 1º. Hipóteses de suspensão:

I – licença ou afastamento sem remuneração;

II – disposição para outro órgão.

§ 2º. Hipóteses de cancelamento:

I – falecimento;

II – exoneração ou demissão;

III – inscrição em qualquer plano custeado pelos cofres públicos, ainda que parcialmente, tanto na condição de titular quanto de dependente;

IV – prestação de informações inverídicas pelo beneficiário.

§ 3º. Na hipótese do § 1º o beneficiário ou representante legal deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias da ocorrência, os comprovantes dos pagamentos do plano de saúde ou seguro-saúde efetivados no trimestre anterior.



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

§ 4º. No caso do inciso IV do § 2º o beneficiário, além do ressarcimento de valores recebidos indevidamente, poderá sofrer as sanções previstas na legislação vigente.

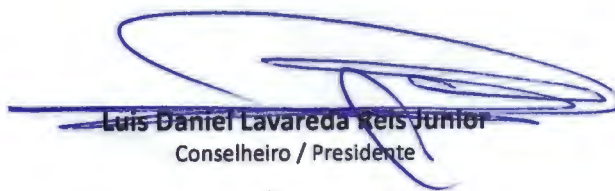
§ 5º. Verificado a qualquer tempo o pagamento indevido do auxílio-saúde, serão procedidos os descontos correspondentes.

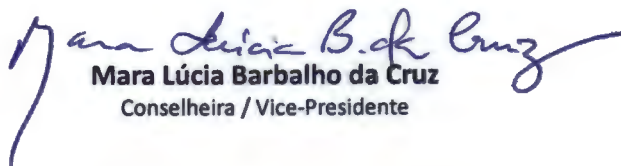
§ 6º. Em caso de exoneração, demissão ou falecimento, os valores percebidos a mais pelo beneficiário poderão ser descontados em parcela única das verbas rescisórias.

Art. 12. As despesas resultantes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Alacid Nunes" em Sessão Ordinária nº 053/2017, 29 de agosto de 2017.


Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente


Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente


José Carlos Araújo
Conselheiro / Corregedor


Aloísio Augusto Lopes Chaves
Conselheiro / Ouvidor


Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro


Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Conselheiro


Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Conselheiro